

Novas e velhas crises, a “crise da crise”

Desde que me conheço que ouço falar na crise – crise de valores, crise financeira, crise económica, crise social, crise do *subprime*, crise dos mercados bolsistas, crise de confiança, crise, crise, crise e mais crise ... A crise está, ela própria, verdadeiramente “em crise”!

Portugal já esteve na banca rota, de tanga, já apertou o cinto vezes sem conta, sobreviveu à “geração rasca” e parece que vive à sombra da velha máxima de um permanente “desenrasca”. Soubemos agora que os nossos governantes aprenderam na escola (não sei bem em qual!) que, afinal, as dívidas não são para pagar, que “isso é coisa de crianças”¹! O problema é que depois pagamos todos! Mas como vale mais tarde do que nunca, pode ser no contexto desta “nova/velha crise” se aprenda alguma coisa. Ao que julgo saber, tanto as universidades estrangeiras como as nacionais ensinam que no final do dia “não há almoços grátis”. Sejamos optimistas, estamos sempre a tempo de aprender! Pena é que não tenhamos aprendido nada nesta sucessão interminável de crises e mais crises!

Numa visita recente à Biblioteca Nacional deparei-me com um texto de Luís Aguiar Santos no qual o autor analisa e interpreta as causas da crise económico-financeira de, imagine-se, 1891². Não fora a data e diria que se tratava da crise do nosso tempo, sendo certo que ainda configurei a hipótese de um mero lapso de escrita, não terá querido dizer 2011? Logo na introdução o autor refere que “*foi uma crise financeira porque as finanças do Estado e o sistema bancário entraram então em colapso. Depois, esta crise financeira tornou-se imediatamente uma crise económica, porque provocou uma estagnação do crescimento da riqueza*”. E os principais sinais de alarme foram o crescimento desmesurado da dívida pública e o crescente aumento do recurso ao

¹ <http://www.tvi24.iol.pt/aa---videos---politica/socrates-divida-tvi24/1306075-5796.html>

² *Análise Social*, vol. XXXVI (158-159), 2001, 185-207.

crédito, quer por parte do Estado como das famílias, o que se traduziu num aumento descontrolado do consumo e na conseqüente diminuição das poupanças. A diminuição da poupança limitou a capacidade dos bancos financiarem a economia, o que a par do aumento da inflação conduziu a uma quebra da confiança no sistema bancário. Como referido no artigo em apreço, *“O valor total da dívida pública foi sempre muito superior ao valor total da massa monetária em circulação, mostrando (...) a desproporção entre a riqueza canalizada para suportar as despesas públicas excedentárias e a riqueza em circulação representada na massa monetária”*. E continua alegando que as *“quebras de confiança, num sistema com tendências inflacionistas, estavam ligadas à desaceleração do crescimento do valor do ouro em circulação”*. Como uma das primeiras medidas de combate à crise foi proposto que as *“despesas correntes (incluindo as despesas com os juros da dívida consolidada) deveriam viver apenas das receitas fiscais regulares, e tal disciplina exigia um reforço da pressão fiscal (...) e o lançamento de um [imposto] adicional de 6%”*. Aumento de impostos e tentativas de corte da despesa pública, onde é que eu já vi este filme?

Implementadas as políticas acima referidas, esta *“situação conduziu o Estado a reconhecer a sua incapacidade de sanear a situação financeira (...) O que aconteceu em 1891 foi que o Estado deixou de conseguir financiar-se pela captação do ouro dos particulares (que o emprestavam através dos bancos ou da dívida pública)”* e a *“impossibilidade de impor aos credores externos — que não estavam sujeitos à autoridade discricionária do Estado português — moeda de valor fictício tornou inevitáveis a bancarrota parcial de 1892”*. Eis o que os franceses chamam de um claro *déjà vu!*

Porque é que os portugueses não aprendem com as lições do passado? Esta não é a primeira vez que tivemos de recorrer à ajuda externa por não conseguirmos resolver os nossos problemas dentro de casa. Será um problema crónico, incurável? Será uma questão genética? Seremos menos capazes do que os alemães ou os ingleses? Os sintomas estão mais do que diagnosticados; culpa-se o despesismo, a excessiva dimensão do Estado, a inoperância do sistema judicial, o “estrangulamento fiscal” da economia, a ausência de incentivos ao investimento, etc., etc., mas a verdade é que continuamos nos cuidados paliativos, sem uma intervenção de fundo. A culpa é das políticas, sem rosto, sem nome, sem alternativas convincentes, sem responsáveis.

Ora, se o mal está diagnosticado e o que se julga até tem cura, então vamos a isso! Não podemos acomodar-nos a este círculo vicioso, vamos em frente, apresentemos

propostas, contribuamos o pouco que seja. Poupe-mos e trabalhe-mos mais, e melhor! Já que estamos enrascados toca a desenrascar mas com soluções de continuidade! Acabe-se com a lamúria e a frase feita, a crítica fácil e o empurrar para frente. Mexam-se! Ao espírito derrotista, amargo, saudosista e fatalista de todos os “velhos do Restelo” oponha-se trabalho, esforço e empenho, por um país melhor! Se não formos nós a fazê-lo quem será? Vivemos tempos difíceis? Sim, vivemos, e agora? Acomodamo-nos, criticamos, lamentamos? Ou é “bola para frente” e fazemos o que estiver ao nosso alcance para melhorar. Eu escolho ir a jogo!

Criticar por criticar é inútil e inconsequente. Façam-se críticas construtivas, exijam-se medidas concretas dentro de um plano coerente e viável de actuação, sem esquecer que a “reclamação de direitos e a sua realização não é suficiente, o cidadão tem também deveres”³.

Tânia Carvalhais Pereira

14-12-2011

³ A. Tocqueville